

**PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS: UM ESTUDO
COMPARATIVO NAS EMPRESAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM AÇÕES NO
BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS**

Caroline Camargo Cobo Bautista
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
carolinecamargo85@gmail.com

Maíra Melo de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
mairameloufsc@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo comparar a evidenciação da perda no valor recuperável de ativos imobilizados, intangíveis identificáveis e *goodwill*. Para isto, nas empresas brasileiras que negociam ações tanto no Brasil, por meio da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), como nos Estados Unidos (EUA), através da Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), foram analisadas suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DPFs) publicadas no Brasil e os Formulários 20F publicados nos EUA, referentes ao ano de 2014. Nesta análise inicial, foram identificadas 10 empresas que reconheceram perda no valor recuperável de ativos imobilizados, intangíveis identificáveis e *goodwill*, empresas essas que compuseram a amostra de pesquisa. Para medir o nível de evidenciação das empresas foram elaboradas listas de verificação, com base no pronunciamento CPC 01 R1 (Brasil) e nas normas SFAS 144 e 142 (EUA). Através de índices de evidenciação calculados foi realizada a comparação do nível de informações apresentadas à *Securities and Exchange Commission* (SEC) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os resultados demonstraram que o nível de informações e detalhamento evidenciados nos Estados Unidos é consideravelmente maior do que os evidenciados no Brasil.

Palavra-chave: Perda no valor recuperável de ativos; Evidenciação contábil; CPC-01 R1; SFAS 144; SFAS 142.

1. INTRODUÇÃO

O Mercado de Capitais tem um grande papel na economia, e seu fortalecimento está ligado a fatores como a informação, transparência e a confiabilidade. Neste sentido, a evidenciação contábil é fundamental, visto que as demonstrações contábeis e financeiras são elementos essenciais na relação entre as empresas e o mercado de capitais. No mundo competitivo de hoje, o uso da contabilidade como elemento estratégico é primordial, sendo que a utilização das informações contábeis ajuda o investidor, a saber, como e porque investir no mercado de ações (ASSAF NETO, 2010).

A partir do momento em que as informações contábeis passam a ser utilizadas por investidores, começam a surgir legislações específicas para a regulamentação do Mercado de Capitais, com intuito de proteger o investidor. Devido a isto, se justifica a existência das normas e padrões contábeis, tanto para o registro das transações como na elaboração das demonstrações contábeis (MACHADO; NUNES, 2006).

As empresas de capital aberto brasileiras estão buscando acionistas não somente do Brasil, mas em outros países também, como é o exemplo da Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Este fato é importante para o crescimento do mercado brasileiro, porém faz-se necessário que as empresas conheçam as normas contábeis e órgãos a qual devem se submeter ao se inserir em outros mercados financeiros.

De acordo com Santos, Machado e Schmidt (2008), no caso dos Estados Unidos, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) é a entidade, não governamental, que estabelece os padrões de contabilidade, com objetivo de melhorar os padrões da contabilidade financeira.

Para Borba, Souza e Dutra (2009), a elaboração de demonstrações contábeis diferentes e princípios contábeis divergentes, para uma mesma entidade que negociam suas ações em diferentes países, pode gerar uma assimetria informacional. Os autores ainda fornecem a seguinte explicação sobre as regras de evidenciação que a Bolsa BM&FBOVESPA e a NYSE devem reportar:

No caso brasileiro, as empresas que negociam ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e são, concomitantemente, emitentes de *American Depositary Receipts* – ADRs na *New York Stock Exchange* (NYSE) precisam apresentar suas demonstrações contábeis sob dois órgãos normativos distintos, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil e a *Securities and Exchange Commission* (SEC) nos Estados Unidos (EUA). Para a CVM as empresas deverão enviar as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e para a SEC o Formulário 20F.

Algumas medidas e procedimentos são essenciais para que as demonstrações contábeis evidenciem a real situação da empresa. O conceito contábil de ativos está relacionado com a expectativa de benefícios futuros desses ativos. Por essa razão, devem ser mantidos no patrimônio da empresa somente ativos dos quais se esperam resultados futuros, e cabe a contabilidade a aplicação de procedimentos que visam garantir a correta e real apresentação desses ativos nas demonstrações contábeis. Dentre esses procedimentos tem-se o teste de redução ao valor recuperável de ativos, que tem a finalidade de confirmar se o valor econômico dos ativos está coerente com aos valores registrados na contabilidade (SILVA; MARQUES; SANTOS, 2009).

De acordo com Souza, Borba e Lunkes (2014), quando um ativo reduz inesperadamente seu potencial de gerar benefícios econômicos futuros, tem-se que houve uma redução em seu valor recuperável, e essa redução deve ser reconhecida pela contabilidade. Iudicibus *et al.* (2010), explicam que o custo dos ativos deve ser no máximo igual ao valor presentes nos fluxos de caixa líquidos futuros, decorrente do uso ou vendas desses ativos.

Algumas pesquisas sobre o teste do valor recuperável de ativos foram realizadas, tanto no Brasil como no exterior. Muitos desses trabalhos serviram como base e motivação para a realização deste estudo, que é uma atualização da pesquisa realizada por Borba, Souza e Dutra (2009). O trabalho mencionado realizou uma comparação das informações pertinentes à perda no valor recuperável (*impairment loss*), nas demonstrações divulgadas no Brasil e nos Estados Unidos no ano de 2006.

Contudo, a pesquisa realizada por realizada por Borba, Souza e Dutra (2009), foi feita em uma época em que o Brasil não estava convergido com as normas internacionais de contabilidade, e, portanto o CPC-01 (R1, 2010) não havia sido emitido ainda. Já a presente pesquisa foi realizada num contexto em que o Brasil já está totalmente convergido aos padrões internacionais de contabilidade, estando sob a

vigência da norma CPC-01 (R1, 2010) que trata do teste de redução no valor recuperável de ativos.

Diante disso, elaborou-se o seguinte problema desta pesquisa: Quais as diferenças relativas à evidenciação da perda no valor recuperável de ativos, nas empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA e na NYSE?

Desta forma, o objetivo deste trabalho é comparar a evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA e na NYSE.

Ressalta-se que essa pesquisa delimita-se a análise da evidenciação da perda no valor recuperável de ativos imobilizados, intangíveis e *goodwill*, visto que dependendo da natureza do ativo que sofreu perda, existem pronunciamentos contábeis específicos sobre o assunto, desta forma, esta pesquisa delimita-se ao estudo desses ativos que estão dentro do escopo do CPC-01 (R1, 2010).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação Contábil

A evidenciação contábil está relacionada com a qualidade das informações financeiras e econômicas, operações, recursos e obrigações de uma entidade, essas que são úteis para usuários das demonstrações contábeis nas tomadas de decisões. A partir da evidenciação é possível acompanhar a evolução do patrimônio de uma entidade, podendo inclusive possibilitar interferências quanto ao seu futuro (LIMA *et al.*, 2011).

De acordo com Machado e Nunes (2006), existem dois tipos de usuários das demonstrações contábeis, os usuários externos e os usuários internos. São exemplos de usuários internos os proprietários e administradores da empresa, que utilizam as informações no controle e na tomada de decisões. São exemplo de usuários externos o governo, que utiliza as informações para o lançamento de impostos, e o investidor que hoje é considerado o principal usuário externo no contexto de companhias abertas.

Conforme Iudícibus (1998) existem vários métodos de evidenciação. O conteúdo das demonstrações contábeis e notas explicativas é um dos métodos que contém maior quantidade de evidenciação. Aquino e Santana (1992) explicam através da citação do mestre Aurélio Buarque de Holanda, que “evidenciar é tornar evidente,

mostrar com clareza e que evidente é aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente”.

A uniformidade da informação contábil em todo o mundo, que vem sendo implementada pela convergência as normas internacionais de contabilidade, e esta uniformidade amplia os horizontes de empresas, investidores e contadores.

2.2 Teste no Valor Recuperável de Ativos - CPC-01 (R1, 2010)

No Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu no ano de 2007 o CPC-01, que trata do teste de recuperabilidade de ativos (*impairment test*). Atualmente o teste é regulado através do CPC-01 (R1, 2010). Internacionalmente o teste é regulado pelas Normas Internacionais do *International Accounting Standards Board* (IASB), através da norma IAS 36 e pelas Normas Americanas do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), por meio dos SFAS 142 e 144 (BORBA; SOUZA e ZANDONAI, 2011).

De acordo com o CPC-01 (R1, 2010), a finalidade do teste de recuperabilidade de ativos é estabelecer procedimentos com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor diferente ao valor passível de ser recuperado pelo seu uso ou venda. Este pronunciamento técnico estabelece que as entidades reconheçam um ajuste para perdas por desvalorização e especifica quando a entidade deve reverter um ajuste, além de estabelecer as regras de divulgação.

Conforme especificado no CPC-01 (R1, 2010), a entidade deve avaliar no final de cada período, se há indícios de que um ativo, ou um grupo de ativos, possa ter sofrido desvalorização, esta que pode ocorrer tanto por fatores internos como por fatores externos. Caso seja constatada alguma evidência de perda, deve-se realizar o teste. Já no caso de ativos intangíveis, com vida útil indefinida, ou que ainda não esteja disponível para uso, e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), devem ser testados pelo menos uma vez por ano.

Souza, Borba e Zandonai (2011) explicam que após a mensuração do valor recuperável de um ativo, deve ser feita uma comparação com o valor registrado na contabilidade. Se o valor contábil for menor que o valor recuperável, significa que não houve perda do valor, sendo assim, não há perda a ser reconhecida. Porém se o valor

registrado na contabilidade for maior que o valor recuperável do ativo, conclui-se que existe uma perda e esta deve ser reconhecida no resultado do exercício.

Neste contexto, o teste ao valor recuperável de ativos visa ajustar os ativos com valores possíveis de serem recuperáveis. Contudo, é importante que as entidades sigam as definições e orientações de evidenciação disponíveis neste pronunciamento, explicando em notas explicativas as alterações e ajustes realizados, para que os usuários entendam os motivos e procedimento adotados.

2.3 Unidade Geradora de Caixa (UGC) e Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (*Goodwill*)

O CPC-01 (R1, 2010) estabelece que em alguns casos, onde não é possível determinar o valor recuperável para um ativo individual, a entidade deverá definir uma unidade geradora de caixa (UGC), que é o menor grupo identificável de ativos que gera uma entrada de caixa, essas que em grande parte independem das entradas de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Segundo Carlin, Finch e Kjairi (2010), quando em uma aquisição a empresa compradora paga um valor superior ao valor justo do patrimônio líquido da adquirida, e não é possível identificar separadamente a quais intangíveis está ligado o valor pago a maior, este conjunto de intangíveis não identificáveis irá compor o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

O CPC-01 (R1, 2010) estabelece que no caso do *goodwill*, a empresa deve realizar o teste no valor recuperável de ativos no mínimo anualmente. No caso da perda por *impairment* em unidades geradoras de caixa contendo *goodwill*, primeiramente deve-se atribuir o valor da perda ao *goodwill*, se depois de zerado o valor do *goodwill*, ainda tiver saldo de perda, ela deverá ser alocada proporcionalmente a cada ativo que compõe a unidade geradora de caixa.

Percebe-se que obter o valor recuperável de ativos no caso do *goodwill* é um trabalho complexo, pois envolve muita subjetividade. Porém, o teste no valor recuperável de ativos deve ser realizado, para que os valores sejam ajustados de acordo com um cenário mais próximo a realidade econômica da empresa.

2.3 Algumas pesquisas realizadas sobre o Teste do Valor Recuperável de Ativos.

A pesquisa realizada por Souza, Borba e Zandonai (2011) buscou verificar se as companhias de capital aberto brasileiras que reconheceram perda no valor recuperável de ativos no ano de 2008 seguiram as normas de divulgação do CPC-01. Os autores utilizaram uma amostra de 52 empresas e constataram que nenhuma das empresas observadas apresentou todas as exigências requeridas pelo CPC-01, no que tange à divulgação do valor recuperável de ativos.

Souza, Borba e Lunkes (2014), objetivaram identificar como foi realizada a evidenciação das exigências do *goodwill*, nas empresas de capital aberto brasileiras no ano de 2008 a 2011. Eles constataram que as empresas ainda não divulgam as informações necessárias, pertinentes ao *goodwill*. Os autores também identificaram indícios de problemas na qualidade das informações, já que grande parte das empresas que serviram como amostra não informou o método pelo qual calculam o valor recuperável dos ativos.

O estudo realizado por Silva, Marques e Santos (2009), buscou apresentar e analisar a aderência das demonstrações contábeis de empresas petrolíferas às exigências obrigatórias de evidenciação contidas nas normas SFAS 144 e IAS 36, pertinentes à aplicação do *impairment* nos ativos de longa duração, associados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Os autores concluíram que independente das regras utilizadas, a maioria das empresas não cumpre integralmente os requisitos obrigatórios de evidenciação da aplicação do *impairment* em seus ativos relacionados a atividades de petróleo e gás.

A pesquisa realizada por Borba, Souza e Dutra (2009), buscou comparar as informações pertinentes à perda no valor recuperável (*impairment loss*), nas demonstrações divulgadas no Brasil e nos Estados Unidos ano de 2006. Na ocasião foi constatado que 58% das empresas que serviram como amostra, divulgaram informações sobre o *impairment test* apenas nos Estados Unidos, ou apenas no Brasil ou em ambos. A maioria das empresas apresentou maior detalhamento de informações à SEC (EUA) do que à CVM (Brasil).

Observa-se que todas as pesquisas citadas constataram carência na evidenciação por parte das empresas brasileiras. Além da carência da evidenciação foi identificada

também, em uma das pesquisas, problemas na qualidade das informações. Essas constatações possuem relevância para o aprimoramento das normas de contabilidade brasileiras, pois a partir delas se podem tomar medidas e precauções por parte das empresas, da área contábil e dos órgãos normatizadores.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza científica, pois promove o avanço do conhecimento da área contábil. Quanto aos objetivos a pesquisa é classificada como descritiva, que é quando o pesquisador registra e descreve os fatos observados sem fazer nenhuma intervenção. Este tipo de pesquisa procura descobrir a frequência, causas, características e naturezas dos fatos. Uma das características mais significantes deste tipo de pesquisa é a aplicação de técnicas padronizadas de coletas de dados, como a observação sistemática, por exemplo, (PRORANOV; FREITAS, 2013).

Se tratando dos procedimentos, esta pesquisa se classifica como documental. Para Pereira (2010), uma pesquisa se classifica como documental, quando for elaborada a partir de documentos que não receberam tratamentos analíticos. Também é uma pesquisa que utiliza dados secundários, que de acordo com Ramos (2009), são os dados obtidos em obras bibliográficas ou relatórios de pesquisa. No caso dessa pesquisa foram utilizadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e notas explicativas integrantes.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se define como qualitativa. Segundo Proranov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa não requer uso de métodos e técnicas estatísticas, seu instrumento principal é o pesquisador, este que tem contato direto com o ambiente e o objeto de estudo. Para os autores, na pesquisa qualitativa as questões são estudadas em seu próprio ambiente, sem nenhum tipo de manipulação por parte do pesquisador.

Desta forma, esta pesquisa se classifica como descritiva, a fonte dos dados é documental, utilizando-se de dados secundários e a análise dos dados foi qualitativa.

3.2 Amostras da Pesquisa e Fonte de Coleta dos Dados

A população desta pesquisa se define por empresas brasileiras que negociam suas ações na NYSE e que reconheceram perda no imobilizado, intangível identificável ou *goodwill* no ano de 2014. Dessa forma, compuseram a amostra as empresas que reconheceram perda em alguns desses grupos de ativos.

Analizou-se o *goodwill* separadamente dos demais intangíveis pelo fato deste ativo possuir características próprias e peculiares que os difere dos demais, o fato de não ser identificáveis é uma delas.

A identificação das empresas brasileiras que negociam suas ações na NYSE foi realizada através do *Current List of All Non-U.S. Issuers* (2015), relatório obtido no sítio eletrônico na NYSE, que descreve quais empresas de países não norte-americanos negociam suas ações na NYSE. De acordo com este relatório, no ano de 2015 há 27 empresas brasileiras listadas na NYSE.

Para confirmar a amostra inicial de 27 empresas, utilizou-se o programa Economática, que é uma base de dados que contém informações econômicas e financeiras de empresas. Com exceção das empresas Atento e Cosan, que não constavam no Economática, todas as outras 25 empresas foram confirmadas, pois negociam ações tanto na BMF&BOVESPA como na NYSE. No caso da Atento, verificou-se que a empresa não negocia suas ações na BMF&BOVESPA, somente na NYSE, desta forma essa empresa foi retirada da amostra. Já a Cosan foi confirmada através do sítio eletrônico da BMF&BOVESPA e sítio eletrônico da empresa, dessa forma ela permaneceu na amostra.

Devido à empresa Brasilagro não ter divulgado até o dia 15 de julho do corrente ano, data que foi finalizada a coleta de demonstrativos das empresas, o formulário 20F e a DFPs do ano completo de 2014 (até 31 de dezembro de 2014), a empresa foi retirada da amostra da pesquisa.

Com base na metodologia empregada nesta pesquisa, após a verificação dos Formulários 20F e DFPs das empresas, foram selecionadas 10 empresas que reconheceram perda no valor recuperável de ativos imobilizados, intangíveis identificáveis ou *goodwill*, as empresas que reconheceram perda em algum destes ativos integram a amostra. O Quadro 1 apresenta a amostra de empresas utilizadas nesta pesquisa.

Quadro 1 - Amostra de Pesquisa

Ambev S. A.
Banco Bradesco S. A.
Cia Paranaense de Energia – COPEL
Centrais Elet. Bras. S.A. - ELETROBRAS
Embraer S. A.
Gafisa S. A.
Gerdau S. A.
Gol Linhas Aereas Inteligentes S. A.
Petróleo Brasileiro S. A. PETROBRAS
Vale S. A.

Fonte: Dados da Pesquisa

Na realização desta pesquisa foram comparadas e analisadas informações constantes nos Formulário 20F e DFPs. Sendo assim, para todas as empresas da amostra, como forma de padronizar a busca de informações, todos os Formulários 20F foram obtidos através dos sítios eletrônicos das empresas. Já as DFPs foram obtidas no sítio eletrônico da BMF&BOVESPA.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se 2 listas de verificação, cada uma delas separadas em 3 abas, para análise individual e comparação dos ativos imobilizados, intangíveis identificáveis e *goodwill*.

A primeira lista de verificação foi feita com base no CPC 01 (R1, 2010), para ser utilizada na análise da evidenciação realizada nas DFPs e notas explicativas publicadas no Brasil. O quadro 2 apresenta a lista de verificação que foi aplicada para as DFPs e notas explicativas.

Quadro 2 - Lista de Verificação com base no CPC 01 (R1, 2010)

1. Valor individual da perda por valor não recuperável de ativo ou Unidade Geradora de Caixa reconhecido no resultado do período.
2. Valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período.
3. Linha na demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas.
4. Descrição do ativo ou unidade(s) geradora(s) de caixa de longa duração que sofreram perda no valor recuperável.
5. Fatos e circunstâncias que geraram a perda.
6. Método para avaliação do valor em uso.
7. Método ou métodos para a determinação do valor justo.
8. Descrição da unidade geradora de caixa.
9. Taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor em uso.

Fonte: Elaborado pelos autores

A segunda lista de verificação foi feita com base no SFAS 144 e 142, para ser utilizada na análise da evidenciação realizada nos Formulários 20F, publicados nos Estados Unidos. Para isso, foram analisados os itens de divulgação e evidenciação do SFAS 144 e 142. O quadro 3 apresenta a lista de verificação que foi aplicada para os Formulários 20F.

Quadro 3 - Lista de Verificação com base no SFAS 144 e 142

1. Valor individual da perda por valor não recuperável de ativo ou Unidade Geradora de Caixa reconhecido no resultado do período.
2. Valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período.
3. Linha na demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas.
4. Descrição do ativo ou unidade(s) geradora(s) de caixa de longa duração que sofreram perda no valor recuperável.
5. Fatos e circunstâncias que geraram a perda.
6. Método ou métodos para a determinação do valor justo.
7. Descrição da unidade geradora de caixa.

Fonte: Elaborada pelos autores

Dessa forma, as listas de verificação servirão como base para o cálculo dos índices de evidenciação, para a comparação entre os grupos de ativos de uma mesma empresa, para comparação na evidenciação das DFPs e Formulários 20F de uma mesma empresa e para a comparação entre as empresas.

3.4 Técnicas de Análise e Procedimentos

Para medir o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos imobilizados, intangíveis e/ou *goodwill*, de cada empresa, foi calculado um índice (percentual) de acordo com os seguintes critérios: 1: quanto a empresa divulgou o item; 0: nos casos em que a empresa não divulgou o item; e NA: para os casos que o item não se aplica.

O cálculo do índice foi realizado através da soma das notas dos itens divulgados, dividido pela quantidade total de itens menos os itens que não se aplicam, conforme fórmula demonstrada a seguir:

$$\text{Índice de Evidenciação} = \frac{\text{Soma das notas dos itens divulgados}}{\text{Total de itens} - \text{Itens que não se aplicam}}$$

E importante ressaltar que o índice foi calculado tanto para verificar o nível de evidenciação individual dos ativos imobilizados, intangíveis identificáveis e *goodwill*, de cada empresa, com o objetivo de comparar esses grupos de ativos de uma mesma empresa, como também para calcular o nível de evidenciação geral da empresa (somando os itens dos 3 grupos de ativos).

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após análise das DFPs e Formulários 20F, referente ao ano de 2014, das empresas brasileiras que reconheceram perda nos ativos imobilizados, intangíveis e/ou *goodwill*, chegou-se aos resultados apresentados neste tópico.

A Tabela 1 apresenta o percentual do reconhecimento de perdas por valor recuperável de ativos, separado por grupo de ativos.

Tabela 1 - Proporção do reconhecimento da perda no valor recuperável de ativos por grupo

Grupo que reconheceu	Quantidade de empresas	%
Apenas no Imobilizado	5	50%
Apenas no Intangível Identificável	1	10%
Apenas no <i>Goodwill</i>	1	10%
Imobilizado e Intangível Identificável	3	30%
Total	10	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 1, que a maior parte das empresas reconheceu perda no ativo imobilizado. Já o *goodwill* foi o grupo com menor número de empresas que reconheceram perda (apenas 1 empresa).

A Tabela 2 apresenta o nível de evidenciação dos ativos imobilizados realizada no Brasil, para cada um dos itens da lista de verificação, através da análise das DFPs, que seguem os critérios normativos do CPC-01 (R1, 2010).

Tabela 2 - Evidenciação do Imobilizado nos itens da lista de verificação baseada nos critérios normativos do CPC 01 (R1, 2010)

	Quantidade de empresas que o item se aplica	Quantidade de empresas que evidenciaram	%
1. Valor individual da perda por valor não recuperável de ativo ou Unidade Geradora de Caixa reconhecido no resultado do período.	8	5	62,50%
2. Valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período.	8	8	100,00%
3. Linha na demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas.	8	5	62,50%
4. Descrição do ativo ou unidade(s) geradora(s) de caixa de longa duração que sofreram perda no valor recuperável.	8	4	50,00%
5. Fatos e circunstâncias que geraram a perda.	8	4	50,00%
6. Método para avaliação do valor em uso.	8	3	37,50%
7. Método ou métodos para a determinação do valor justo.	7	0	0,00%
8. Descrição da unidade geradora de caixa.	4	3	37,50%
9. Taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor em uso.	7	3	37,50%
Totais	66	35	53,03%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 2, que o nível de evidenciação do ativo imobilizado foi de 53,03%. Dentre aos itens verificados, apenas o valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período (item 2), foram evidenciados por todas as empresas.

A Tabela 3 apresenta o nível de evidenciação dos ativos imobilizados realizado nos EUA, para cada um dos itens da lista de verificação, através da análise dos Formulários 20F, que seguem os critérios normativos do SFAS 144 e 142.

Tabela 3 - Evidenciação do Imobilizado nos itens da lista de verificação baseada nos critérios normativos do SFAS 144 e 142

	Quantidade de empresas que o item se aplica	Quantidade de empresas que evidenciaram	%
1. Valor individual da perda por valor não recuperável de ativo ou Unidade Geradora de Caixa reconhecido no resultado do período.	8	7	87,50%
2. Valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período.	8	8	100,00%
3. Linha na demonstração do resultado na qual essas perdas por	8	7	87,50%
4. Descrição do ativo ou unidade(s) geradora(s) de caixa de longa duração que sofreram perda no valor recuperável.	8	7	87,50%
5. Fatos e circunstâncias que geraram a perda.	8	5	62,50%
6. Método ou métodos para a determinação do valor justo.	6	1	12,50%
7. Descrição da unidade geradora de caixa.	5	4	50,00%
Totais	51	43	76,47%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 3, que o nível de evidenciação do ativo imobilizado foi de 76,47%. Dentre aos itens verificados, 3 dos 6 itens foram evidenciados por todas as empresa.

Dessa forma, pode-se verificar que se tratando do ativo imobilizado, as empresas evidenciam mais informações nos Estados Unidos do que no Brasil, já que o nível de evidenciação dos Formulários 20F foi 23,44% maior que o nível de evidenciação das DFPs.

A Tabela 4 apresenta o nível de evidenciação dos ativos intangíveis identificáveis, para cada um dos itens da lista de verificação, através da análise das DFPs (Brasil), que seguem os critérios normativos do CPC-01 (R1, 2010).

Tabela 4 - Evidenciação do Intangível Identificável nos itens da lista de verificação baseada nos critérios normativos do CPC 01 (R1, 2010)

	Quantidade de empresas que o item se aplica	Quantidade de empresas que evidenciaram	%
1. Valor individual da perda por valor não recuperável de ativo ou Unidade Geradora de Caixa reconhecido no resultado do período.	4	4	100,00%
2. Valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período.	4	4	100,00%
3. Linha na demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas.	4	3	75,00%
4. Descrição do ativo ou unidade(s) geradora(s) de caixa de longa duração que sofreram perda no valor recuperável.	4	4	100,00%
5. Fatos e circunstâncias que geraram a perda.	4	4	100,00%
6. Método para avaliação do valor em uso.	4	2	50,00%
7. Método ou métodos para a determinação do valor justo.	3	0	0,00%
8. Descrição da unidade geradora de caixa.	3	2	66,67%
9. Taxa de desconto utilizado para o cálculo do valor em uso.	4	4	100,00%
Totais	34	27	79,41%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 4, que o nível de evidenciação do ativo intangível identificável foi de 79,41%. Dentre aos itens verificados, 5 dos 9 itens foram evidenciados por todas as empresas. Já o método para determinação do valor justo (item 7) não foi evidenciado por nenhuma empresa.

A Tabela 5 apresenta o nível de evidenciação dos ativos intangíveis identificáveis, para cada um dos itens da lista de verificação, através da análise dos Formulários 20F (EUA), que seguem os critérios normativos do SFAS 144 e 142.

Tabela 5 - Evidenciação do Intangível Identificável nos itens da lista de verificação baseada nos critérios normativos do SFAS 144 e 142

	Quantidade de empresas que o item se aplica	Quantidade de empresas que evidenciaram	%
1. Valor individual da perda por valor não recuperável de ativo ou Unidade Geradora de Caixa reconhecido no resultado do período.	4	4	100,00%
2. Valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período.	4	4	100,00%
3. Linha na demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas.	4	4	100,00%
4. Descrição do ativo ou unidade(s) geradora(s) de caixa de longa duração que sofreram perda no valor recuperável.	4	4	100,00%
5. Fatos e circunstâncias que geraram a perda.	4	4	100,00%
6. Método ou métodos para a determinação do valor justo.	2	0	0,00%
7. Descrição da unidade geradora de caixa.	3	3	100,00%
Totais	25	23	92,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 5, que o nível de evidenciação do ativo intangível identificável foi de 92,00%. Dentre aos itens verificados, 6 dos 7 itens foram evidenciados por todas as empresas. Já o método para determinação do valor justo (item 6) não foi evidenciado por nenhuma empresa.

Dessa forma, pode-se verificar que se tratando de ativos intangíveis identificáveis, as empresas evidenciam mais informações nos Estados Unidos do que no Brasil, já que o nível de evidenciação dos Formulários 20F foi 12,59% maior que o nível de evidenciação das DFPs.

A Tabela 6 apresenta o nível de evidenciação do *goodwill*, para cada um dos itens da lista de verificação, através da análise das DFPs (Brasil), que seguem os critérios normativos do CPC-01 (R1, 2010).

Tabela 6 - Evidenciação do *goodwill* nos itens da lista de verificação baseada nos critérios normativos do CPC 01 (R1, 2010)

Critérios Normativos CPC 01 (R1, 2010)	Quantidade de empresas que o item se aplica	Quantidade de empresas que evidenciaram	%
1. Valor individual da perda por valor não recuperável de ativo ou Unidade Geradora de Caixa reconhecido no resultado do período.	1	1	100,00%
2. Valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período.	1	1	100,00%
3. Linha na demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas.	1	0	0,00%
4. Descrição do ativo ou unidade(s) geradora(s) de caixa de longa duração que sofreram perda no valor recuperável.	1	1	100,00%
5. Fatos e circunstâncias que geraram a perda.	1	1	100,00%
6. Método para avaliação do valor em uso.	1	0	0,00%
7. Método ou métodos para a determinação do valor justo.	1	0	0,00%
8. Descrição da unidade geradora de caixa.	1	0	0,00%
9. Taxa de desconto utilizado para o cálculo do valor em uso.	1	0	0,00%
Totais	9	4	44,44%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 6, que o nível de evidenciação do *goodwill* foi de 44,44%. Dentre aos itens verificados, 3 dos 9 itens foram evidenciados por todas as empresas e 5 itens não foram evidenciados por nenhuma empresa.

A Tabela 7 apresenta o nível de evidenciação do *goodwill*, para cada um dos itens da lista de verificação, através da análise dos Formulários 20F (EUA), que seguem os critérios normativos do SFAS 144 e 142.

Tabela 7 - Evidenciação do *goodwill* nos itens da lista de verificação baseada nos critérios normativos do SFAS 144 e 142

	Quantidade de empresas que o	Quantidade de empresas que	%
1. Valor individual da perda por valor não recuperável de	1	1	100,00%
2. Valor total das perdas por valor não recuperável de ativos reconhecido no resultado do período.	1	1	100,00%
3. Linha na demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas.	1	1	100,00%
4. Descrição do ativo ou unidade(s) geradora(s) de caixa de longa duração que sofreram perda no valor recuperável.	1	1	100,00%
5. Fatos e circunstâncias que geraram a perda.	1	1	100,00%
6. Método para avaliação do valor em uso.	1	1	100,00%
7. Método ou métodos para a determinação do valor justo.	1	1	100,00%
8. Descrição da unidade geradora de caixa.	1	1	100,00%
9. Taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor em uso.	1	1	100,00%
Totais	9	9	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 7, que o nível de evidenciação do *goodwill* foi de 100,00%. Dentre aos itens verificados, todos os 6 itens foram evidenciados pela empresa (Cia Paranaense de Energia – COPEL).

Dessa forma, pode-se verificar que se tratando do *goodwill*, as empresas evidenciam mais informações nos Estados Unidos do que no Brasil, já que o nível de evidenciação dos Formulários 20F foi 55,56% maior que o nível de verificação das DFPs.

A Tabela 8 apresenta os índices de evidenciação das empresas, fazendo um comparativo entre a evidenciação das DFPs e os Formulários 20F.

Tabela 8 - Índice de Evidenciação das Empresas

	Índice de evidenciação das DFPs conforme CPC 01 (R1, 2010)	Índice de evidenciação dos Formulários 20F conforme SFAS 144 e 142
Ambev S. A.	28,57%	66,67%
Banco Bradesco S. A.	68,75%	83,33%
Cia Paranaense de Energia - COPEL	100,00%	100,00%
Centrais Elet. Bras. S.A. – ELETROBRAS	55,56%	85,71%
Embraer S. A.	25,00%	66,67%
Gafisa S. A.	44,44%	100,00%
Gerdau S. A.	33,33%	71,43%
Gol Linhas Aereas Inteligentes S. A.	12,50%	33,33%
Petróleo Brasileiro S. A. - PETROBRAS	100,00%	85,71%
Vale S. A.	77,78%	85,71%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 8 que com exceção da Cia Paranaense de Energia – COPEL, todas as outras empresas apresentadas possuem um nível de evidenciação das DFPs maior que o nível de evidenciação dos Formulários 20F, ou seja, as empresas evidenciam mais informações nos Estados Unidos do que no Brasil.

5. CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo comparar a evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA e na NYSE.

Através da análise das 10 empresas que compuseram a amostra nesta pesquisa, foi possível identificar que o nível de informações constantes nos Formulários 20F foi consideravelmente maior que o nível de informações constantes nas DFPs.

Dessa forma, considerando o resultado obtido na pesquisa de Borba, Souza e Dutra (2009), de que as informações prestadas à SEC tiveram um nível informacional maior do que aquelas apresentadas à CVM, relativamente à prática contábil do teste no valor recuperável de ativos, neste estudo encontrou-se resultados semelhantes.

Esta pesquisa chama atenção para a necessidade de maior transparência nas DFPs publicadas no Brasil, sendo que as empresas precisam apresentar no país o mesmo detalhamento de informações que prestam nos EUA.

Com base na pesquisa realizada, fica como proposta para pesquisas futuras a comparação na evidenciação das reversões do teste no valor recuperável de ativos. Também fica como proposta para pesquisas futuras, a análise da qualidade das informações evidenciadas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Wagner; SANTANA, Antônio Carlos. **Evidenciação**. Caderno de estudo da FIPECAFI Nº 05. São Paulo, FEA/USP, 1992.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BORBA, José Alonso; SOUZA, Maíra Melo; DUTRA, Marcelo Haendchen. **Uma verificação do *impairment loss* nas demonstrações financeiras padronizadas (CVM) e no Formulário 20-F SEC) das empresas brasileiras que negociam ADRs na Bolsa de Valores dos EUA**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano XXXVIII, n. 178, 179, 180./dez. 2009.

BORBA, José Alonso; SOUZA, Maíra Melo; ZANDONAI, Fabiana. **Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras**. Revista Contabilidade Vista & Revista, v. 22, n. 2, p. 67-91, abr./jun, Belo Horizonte, 2011.

CARLIN, Tyrone M.; FINCH, Nigel; KHAIRI, Khairil Faizal. **FRS36 and post-transition compliance quality among Singapore firms**. *Asian Review of Accounting*, v. 18, n.3, p.221 – 244, 2010.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 01 R1**, de 06 de agosto de 2010. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment). Disponível em: <www.cpc.org.br/>. Acesso em 01 de julho de 2015.

Current List of All Non-U.S. Issuers (2015). Disponível em: <<https://www.nyse.com/index>>. Acesso em 15 de julho de 2015.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Statement of Financial Accounting Standards (SFAS) nº. 142 - Goodwill and other Intangible Assets**. FASB, June 2001. Disponível em: <<http://www.fasb.org/pdf/fas42.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Statements of Financial Accounting Standards (SFAS) n. 144 - Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets**. FASB, August 2001. Disponível em: <<http://www.fasb.org/pdf/fas44.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços:** A análise da liquidez e do endividamento; a análise do giro; a análise da rentabilidade; a análise da alavancagem financeira, 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Editora Atlas S. A. 2010.

LIMA, I. G., PETERS, M. R. S., MEGLIORINI, E, RICCIO, E. **Índice de Conformidade de Evidenciação:** Uma aplicação. VII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2010.

MACHADO, Nilson Perinazzo; NUNES, Marcelo Santos. **A evidenciação das informações contábeis:** sua importância para o usuário externo. Business review, Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho:** Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo – RS: Universidade FEEVALE, 2013.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da Pesquisa Científica:** Como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, José Luiz; MACHADO, Nilson Perinazzo; SCHMIDT, Paulo. **Teste de impairment para ativos de longa duração:** tratamento contábil de acordo com o SFAS nº. 144. Revista Contexto. 5ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SILVA, Paula Danyelle Almeida da Silva; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; SANTOS, Odilanei Moraes dos. **Análise da evidenciação das informações sobre o impairment dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas.** Revista Base, v. 6, nº 3, p. 258-274, setembro/outubro 2009.

SOUZA, Máira Melo. **Perda no Valor Recuperável de Ativos:** Fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. 2011. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Máira Melo; BORBA, José Alonso; LUNKES, Rogério João. **Evidenciação das exigências pertinentes ao impairment do goodwill nas empresas de capital aberto brasileiras no período de 2008 a 2011.** RACE, 9 ed. Ribeirão Preto, 2014.